



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DIREÇÃO-GERAL



Rol de Responsáveis 2011

Natureza de Responsabilidade: Dirigente Máxima da Unidade Jurisdicionada

CPF: 221.187.567-04

Nome: Maria Odete Santos Duarte

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria MEC nº 1435

Publicação da Designação: 21/12/2010

Endereço Residencial: Rua Atilio Correia Lima, 32/201 – Higienópolis – Rio de Janeiro – RJ –
CEP: 21051-450

Endereço Eletrônico: mariaodete@ibc.gov.br

Natureza de Responsabilidade: Substituta da Dirigente Máxima da Unidade Jurisdicionada

CPF: 486.655.337-53

Nome: Maria da Glória de Souza Almeida

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria 02/2003

Publicação da Designação: 07/01/2003

Endereço Residencial: Rua Candido Gafree, 35 - Apto 102 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – CEP:
22291-080

Endereço Eletrônico: gloriaalmeida@ibc.gov.br

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento de Planejamento e Administração

CPF: 425.311.877-15

Nome: Pedro Muñoz Gomez

Indicação do período de gestão: 17/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria MEC nº 27

Publicação da Designação: 17/01/2011

Endereço Residencial: Rua Zamenhof, 62 – Aptº 603 – Estácio - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20250-
070

Endereço Eletrônico: pedromunoz@ibc.gov.br

Natureza de Responsabilidade: Substituto do Diretor de Departamento de Planejamento e Administração

CPF: 374.265.407-15

Nome: Augusto Ernesto de Mattos Baganha

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria IBC nº 80

Publicação da Designação: 02/05/1995

Endereço Residencial: Rua Doutor Celestino, 210 – Apto 507 – Centro – Niteroi – RJ – CEP: 24020-090

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento Técnico-Especializado

CPF: 005.517.527-93

Nome: Ana Lucia Oliveira da Silva

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria MEC nº 870

Publicação da Designação: 05/09/2007

Endereço Residencial: Rua Correa Dutra, 99 – Apto 717 – Flamengo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22210-050

Natureza de Responsabilidade: Substituta do Diretor de Departamento Técnico-Especializado

CPF: 823.829.567-04

Nome: Ana Luisa Mello de Araujo

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria IBC nº 140

Publicação da Designação: 08/09/2010

Endereço Residencial: Avenida Prefeito Dulcideo Cardoso, 1300 – Apto 406 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22620-311

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

CPF: 144.536.141-87

Nome: Marcia Lopes de Moraes Nabais

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria MEC nº 10

Publicação da Designação: 07/01/2003

Endereço Residencial: Rua General Goes Monteiro, 08 – Bloco G – Apt 2102 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22290-080

Natureza de Responsabilidade: Substituto do Diretor de Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

CPF: 504.450.147-68

Nome: Rogerio Neurauter

Indicação do período de gestão: 01/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria IBC nº 185

Publicação da Designação: 18/07/2003

Endereço Residencial: Rua Ipiranga, 91 – Apto 403 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22231-120

Natureza de Responsabilidade: Diretor de Departamento de Educação

CPF: 078.056.957-17

Nome: João Ricardo Melo Figueiredo

Indicação do período de gestão: 17/01/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria MEC nº 26

Publicação da Designação: 17/01/2011

Endereço Residencial: Praça Manuel Gonçalo, 08 – Apto 104 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ – CEP: 25575-130

Natureza de Responsabilidade: Substituta do Diretor de Departamento de Educação

CPF: 936.176.077-72

Nome: Ana Fátima Berquó Carneiro Ferreira

Indicação do período de gestão: 25/03/2011 a 31/12/2011

Documento de Designação: Portaria IBC nº 42

Publicação da Designação: 25/03/2011

Endereço Residencial: Rua Álvaro Ramos, 185 – Apto 101 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22280-110



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2011**

Rio de Janeiro / 2011

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União- TCU.

Alguns itens do Anexo II da Portaria-TCU nº 123/2011, de 12 de maio de 2011, apesar de se aplicarem à natureza do Instituto Benjamin Constant, não foram realizados:

No item I, Quadro A.1.1, Identificação da Unidade não foram elaborados manuais ou publicações com as atividades do IBC no exercício.

No item 5, Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados (Quadro A.5.10) e Autorizações para realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para substituição de terceirizados (Quadro A.5.11), informamos que não fomos contemplados com vagas para a realização de concurso público. A Portaria nº 39, de 25 de março de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, suspendeu por tempo indeterminado os efeitos das portarias de autorização para a realização de concursos públicos e de autorização para provimento de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal.

No item 6, Resumo dos Instrumentos de Transferências que vigerão em 2011 e exercícios seguintes (Quadro A.6.3.) o IBC não possui qualquer convênio, termo de parceria e ou termo de compromisso, que ainda se encontre em vigor. Todos foram prestados contas no próprio exercício.

No item 13, Quadros A.13.1 e A.13.2, Despesas com Cartão de Crédito Corporativo não houve utilização pela unidade. Os cartões e a conta foram cancelados junto ao Banco do Brasil.

No item 16, Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria [Interna atendidas no exercício, Quadros A. 16.1 e A.16.2, não ocorreu no exercício recomendações pela Unidade de Controle Interno.

Atendendo ainda a referida Portaria, informamos que alguns itens não se aplicam à realidade do IBC.

O Instituto Benjamin Constant não tem nenhuma Unidade Gestora ligada a ele, conforme informado no item I, Identificação da Unidade.

No item 2, Quadro A.2.1., Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, o Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre os Programas Governamentais, somente nas Ações que estão apresentadas no decorrer do Relatório.

No item 6, Resumo da Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse (Quadro A.6.4), o IBC não firmou quaisquer instrumentos para transferências de recursos, não só neste exercício bem como no passado, não sendo este passivo a firmar tais contratados e ou termos.

No item 11, distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (Quadro A.11.2), informamos que a Instituição não utiliza imóveis locados de terceiros possuindo sede própria.

No item 14 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ, Quadros A.14.1., A.14.2., A.14.3., A.14.4., A.14.5., A.14.6., A.14.7., A.14.8., A.14.9., A.14.10. e A.14.11., o Instituto Benjamin Constant não é beneficiado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No ano de 2011 houve um incremento nas ações Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual e Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille no âmbito nacional.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos traçados para o exercício de referência é, sem dúvida, a falta de recursos humanos.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO - RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL (QUADRO A.1.1)

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Instituto Benjamin Constant				
Denominação abreviada: IBC				
Código SIORG: 00251		Código LOA 26105		Código SIAFI 152004
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Educação Infantil – Creche – Ensino Especial / Ensino Fundamental Especial				
Telefones/Fax de contato:	(021) 3478-4442	(021) 3478-4440	(021) 3478-4438	Fax :(021) 3478-4440
Endereço eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br				
Página da Internet: http://www.ibc.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Pasteur, Nº 350/368 – Urca – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22290-240				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
<p>DECRETO IMPERIAL Nº 1428 DE 12 DE SETEMBRO DE 1854 COM DENOMINAÇÃO DADA PELO DECRETO Nº 1320 DE 24 DE JANEIRO DE 1891</p> <p>Finalidade da Unidade Jurisdicionada: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o Desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.</p>				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
<p>PORTARIA Nº 325 DE 17 DE ABRIL DE 1998 – REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT</p> <p>Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 DE ABRIL DE 1998</p>				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Não ocorreu no período				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica à natureza da UJ			Não se aplica à natureza da UJ	

2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A. Responsabilidades Institucionais da Unidade

I. Competência Institucional

II. Objetivos estratégicos

FINALIDADES ESSENCIAIS E COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO - OBJETIVO, CLIENTELA, MISSÃO E VISÃO

O *Instituto Benjamin Constant - IBC*, criado em 1854 com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é hoje órgão específico singular da Administração Federal Direta, dotado de autonomia limitada, e Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, vinculado ao Ministério da Educação, subordinado administrativamente ao Ministro de Estado da Educação e, para fins de supervisão, à Secretaria de Educação Especial do MEC, tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.

Regimentalmente o Instituto Benjamin Constant, através dos parâmetros expressos na Portaria Ministerial nº 325, de 17 de abril de 1998, tem as seguintes competências:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;

II - promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;

III - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IV - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;

V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;

VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;

VII - apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEESP;

VIII - promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;

IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;

X - atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

Estas competências, ditadas por seu regimento interno, estão em perfeita consonância com as necessidades atuais e sua vocação histórica, e, em síntese, tornam o Instituto Benjamin

Constant uma força viva na formulação da política nacional de Educação Especial na área da deficiência visual no apoio técnico prestado em todas as unidades da Federação.

a) MISSÃO: Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa portadora de deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições para um efetivo pleno e igualitário exercício da cidadania

b) VISÃO: Exercer e ampliar suas finalidades enquanto Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.

c) OBJETIVOS:

- Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas portadoras de deficiência visual.

- Buscar, através de campanhas institucionais, formação de recursos humanos, estudos e pesquisas, prevenção às causas da cegueira e atendimento ambulatorial e cirúrgico a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

d) PÚBLICO ALVO: Pessoas portadoras de deficiência visual; cegos e com visão reduzida, em âmbito nacional, professores e técnicos da área de todo o país e população do município e do estado do Rio de Janeiro.

B. Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

I. Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

II. Análise do Plano de Ação da Unidade

O plano de ação elaborado para o exercício de 2011 apoiou-se primordialmente em:

- Atingimento das metas físicas e financeiras dos nossos programas;
- Empenho junto aos Órgãos competentes na autorização de concurso público para o preenchimento e criação de cargos;
- Busca do crescimento institucional através da ampliação de nossas competências regimentais;
- Incremento dos cursos de formação continuada de Professores na área da deficiência visual.

Para a consecução do sucesso das metas estabelecidas buscamos parcerias com instituições públicas e privadas.

Continuamos solicitando abertura de concurso público para preenchimento e criação de cargos em substituição aos contratos de terceirização que não estão previstos na Legislação em vigor.

Ratificando nossa solicitação fomos incluídos no PL 2134/2011, pelo Ministério da Educação, que tramita na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a criação de Cargos Efetivos de Professor, Técnico-Administrativos nível médio e superior.

A proposta do novo Regimento Interno do Instituto foi encaminhada à Secretaria de Educação Especial para análise e parecer. Retornou com algumas considerações que foram discutidas pelo Conselho Diretor que concluiu que no momento seria mais viável a criação do Departamento de Capacitação e Pesquisa. A proposta a ser encaminhada ao Ministério da Educação para anexar ao Regimento atual o novo Departamento será encaminhada no início de 2012. Este Regimento dará suporte a ampliação de algumas competências importantes para o crescimento deste Instituto.

Em 2011 continuamos a negociação para a realização do primeiro curso de Pósgraduação *Lato Sensu* “O PROCESSO DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA CEGA OU COM BAIXA VISÃO – DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”, com a chancela do Instituto Superior de Educação do

Estado do Rio de Janeiro (ISERJ). O referido curso atenderá a enorme demanda para o atendimento da Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Buscamos em 2011 junto a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a disponibilização de um profissional em Tecnologia da Informação – TI para que nos orientasse sobre o assunto e pudéssemos dar início aos trabalhos nesta área. Após a tramitação do nosso pedido, a Central de Serviços e Suporte do SISP informou que no momento não teria como disponibilizar servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação – ATI, em virtude de todos os ATIs estarem alocados em outros órgãos do SISP. Informou ainda, que poderíamos solicitar à SLTI consultoria em projetos específicos a fim de solucionar demandas pontuais, fato que não resolveria nosso problema.

Através da Secretaria Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, fomos incluídos no Plano Anual de Capacitação dos Servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação da Rede Federal de EPCT. Os cursos terão início em 2012.

C. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

- I. Execução dos Programas de Governo e suas principais Ações
- II. Execução física das Ações realizadas
- III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

Programa Desenvolvimento da Educação Especial

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente nas Ações que estão apresentadas no decorrer do Relatório.

Ação 6318 – Funcionamento do Instituto Benjamin Constant

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção do Instituto Benjamin Constant objetivando o atendimento a alunos da estimulação precoce, educação infantil, Ensino Fundamental, reabilitação e profissionalização.
Descrição	Aquisição de material de consumo, material permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, efetuar investimentos em obras e instalações, pagamento de pessoal ativo, capacitação de servidores em geral, diárias e passagens, realização e participação em eventos e congressos.
Coordenador da ação no IBC	Érica Deslandes Magno Oliveira

Ação 6135 – Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille

Tipo	Atividade
Finalidade	Atender os deficientes visuais em suas necessidades sócio-culturais com ênfase na área educacional objetivando o acesso a informação através de recursos específicos que contribuam para a integração social: livro falado, impressos no Sistema Braille e no sistema comum, ampliado, materiais didáticos pedagógicos adaptados à percepção tátil
Descrição	Incremento no parque gráfico, com modernização do maquinário de produção de clichês Braille, de corte, de encadernação e de impressão em larga escala. Aquisição de equipamentos e softwares na área da informática para impressos no sistema Braille e sistema comum ampliado e livro falado. Construção de estúdio de gravação para produção de livro falado. Mão de obra, manutenção de equipamento e material permanente.
Coordenador da ação no IBC	Érica Deslandes Magno Oliveira

Ação 8243 – Produção e Disseminação do Conhecimento nas áreas da Surdez e da Deficiência Visual

Tipo	Atividade
Finalidade	Expandir o apoio e a orientação às instituições educacionais e sócio-culturais sobre métodos e técnicas específicas do processo educacional das pessoas com deficiência visual de modo a incentivar a pesquisa e promover a produção do conhecimento nas áreas da deficiência visual.
Descrição	Desenvolvimento de estudos, materiais didáticos, pesquisas, projetos educacionais e tecnológicos, na área de atendimento as pessoas cegas e de visão reduzida através da elaboração e produção de material didático pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida além de edição de periódicos e utilização de recursos de mídia virtual.
Coordenador da ação no IBC	Érica Deslandes Magno Oliveira

Programa Gestão de Política da Educação

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente na Ação que está apresentada no decorrer do Relatório.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas a melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamentos de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição de cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Coordenador da ação no IBC	Érica Deslandes Magno Oliveira

Programa Brasil Universitário

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente na Ação que está apresentada no decorrer do Relatório.

Ação 4005 – Apoio a Residência Multiprofissional

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos profissionais da saúde recém formados, por meio de treinamento em serviços credenciados melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação visando à melhoria no atendimento médico a população. O treinamento é feito em instituições de saúde universitárias ou não, sob a orientação de médicos de elevada qualificação ética e profissional.
Descrição	Verificação in loco das propostas de oferta de programas de residência e acompanhamento permanente dos já credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. Os residentes atuarão em atendimento ambulatorial geral, especializado em exames complementares, cirurgias de grande e pequeno porte, estágios em programa de prevenção da cegueira em escolares e na comunidade em geral, atuando ainda em atividades teóricas seminários e casos clínicos.
Coordenador da ação no IBC	Érica Deslandes Magno Oliveira

Programa Apoio Administrativo

O Instituto Benjamin Constant não tem gerência sobre esse Programa Governamental, somente nas Ações que estão apresentadas no decorrer do Relatório.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico hospitalar e odontológicos aos servidores, funcionários ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Coordenador da ação	Érica Deslandes Magno Oliveira

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 997 de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 997/93
Coordenador da ação	Érica Deslandes Magno Oliveira

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Possibilitar o deslocamento casa/trabalho e trabalho/casa dos servidores da Instituição.
Descrição	É realizado pagamento em folha aos servidores que optarem pelo auxílio, conforme o dispositivo legal correspondente.
Coordenador da ação	Érica Deslandes Magno Oliveira

Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover alimentação no horário de trabalho aos servidores da Instituição
Descrição	É realizado pagamento em folha aos servidores, conforme dispositivo legal.
Coordenador da ação	Érica Deslandes Magno Oliveira

Execução Física das Ações Realizadas

Programa: 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

Ação 6318 - Funcionamento do Instituto Benjamin Constant

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	367	1374	6318	A	4	Aluno matriculado	877	755	710

Especificação:

Estimulação Precoce (0 a 4 anos): 44

Educação Infantil (4 a 6 anos e 11 Meses): 28

Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano): 158

Séries Finais do Ensino Fundamental (6ª ao 9ª Ano): 73

Deficiente Visual com Múltipla Deficiência: 24
 Reabilitandos: 419
 Bolsistas: 09

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	6318	Aluno matriculado	877	755	27.999.199,00	26.876.957,51

O ano de 2011, sofremos uma pequena baixa no número de matrículas em relação ao ano de 2010. Tal fato se deveu por problemas motivados pela nova Política de Inclusão proposta pelo Ministério da Educação. Em sendo assim, os pais desejaram fazer uma tentativa de buscar a matrícula para seus filhos próximo as suas residências.

Mesmo tendo havido um número de matrículas inferior ao previsto, continuamos com a carência de recursos humanos não só para atender as necessidades de nossa escolarização, nos ressentimos ainda da falta de muitos profissionais que dão suporte a todo nosso trabalho. Faltam-nos Professor, Assistente em Administração, Assistente de Alunos, Assistente Social, Cirurgião-Dentista, Fonoaudiólogo, Médico, Psicólogo, Psicopedagogo, Técnico em Enfermagem, Técnico em Ortóptica, Contador, Técnico em Contabilidade, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Musicoterapeuta, Massoterapeuta, Arquiteto, Locutor, Bibliotecário, Revisor de Textos em Braille, Transcritor, Encadernador e Impressor.

Este quadro, ao longo dos anos, tem nos impedido de atender com maior amplitude nossa Missão Institucional. Há necessidade de termos servidores efetivos desenvolvendo essas atividades que, em alguns casos, estão sendo realizadas através de terceirização ou contratos temporários, quando não temos em nosso quadro essas vagas.

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de Ensino, seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual de todo o País. Assim, urge que busquemos a expansão de nossas atividades.

Este projeto busca também adequar o processo ensino-aprendizagem aos diferentes grupos que formam o alunado deste Instituto, já que atendemos alunos cegos, de baixa visão, com múltipla deficiência, com dificuldades de aprendizagem e surdo cegueira. Diante desta realidade que se apresenta, face à especificidade no desenvolvimento cognitivo, físico e psíquico de nossos alunos no processo de ensino-aprendizagem, a Educação Infantil e o 1º Ano (antiga Classe de Alfabetização) oportunizam a permanência desse alunado por três anos a mais nesses segmentos, quando os educandos apresentam falhas ou defasagens nas etapas evolutivas do seu desenvolvimento intelectual.

A reformulação de nossas práticas pedagógicas faz com que, cada vez mais, busquemos preparar nossos alunos para que possam enfrentar, ao término do Ensino Fundamental, o Ensino Médio com independência, autonomia para que estejam vivenciando uma inclusão sem traumas e uma cidadania plena.

Tivemos no exercício de 2011, 755 matrículas compreendendo 336 alunos da Estimulação Precoce ao 9º ano do Ensino Fundamental, e 419 alunos nos Programas de Reabilitação para Jovens e Adultos.

Participamos da reunião de trabalho para implantação do Banco de Recursos Humanos para Encaminhamento de pessoas com Deficiência ao Mundo do Trabalho realizada pelo MEC/SEREC/RENAPI.

Através do PROJEP/IBC e Enter Jovem houve inserção de reabilitandos no mercado de trabalho.

Em 2011, no Programa de Reabilitação, promovemos os seguintes cursos:

1. Cursos de Qualificação Profissional com exigência de escolaridade:
 - Curso de qualificação profissional em Shiatsu terapia;
 - Curso de qualificação profissional em Massoterapia;
 - Massagem estética facial e corporal;
 - Conhecimentos básicos de traumatologia para massoterapeutas;
 - Anatomia palpatória;
 - Reflexologia podal;
 - Drenagem linfática manual;
 - Primeiros socorros;
 - Massagem terapêutica na cadeira;
 - Bambuterapia.

2. Curso de Qualificação Profissional sem exigência de escolaridade:
 - Afinação de piano;
 - Artesanatos;
 - Cestaria;
 - Oficina de cerâmica;
 - Customização em roupas e calçados

Ação 6135 - Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	367	1374	6135	A	4	Exemplares distribuídos	22.400	179.743	160.000

Especificação:

Recursos Didáticos para Alunos Cegos e de Baixa Visão: 1.435

Materiais em Linguagem Grafo - Tátil: 15.051

Distribuição da Revista Benjamin Constant : 15.238

Distribuição de Áudiolivros: 2.602

Distribuição de Revistas RBC e Pontinhos, Livros e Textos Didáticos e Paradidáticos em Braille e Caracteres Ampliados: 145.417

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	6135	Exemplar distribuído	22.400	179.743	3.215.455,00	2.803.068,01

As metas físicas previstas no SIMEC tanto para o exercício de 2010 no quantitativo de 16.800 exemplares distribuídos, bem como a realizada em 2011 no quantitativo de 22.400

exemplares distribuídos, foram informadas equivocadamente pela Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – DOF. Fizemos na época contato com a SPO e tivemos a informação de que as referidas metas não poderiam ser mais alteradas. O Departamento Técnico Especializado através de suas divisões estipulou como meta a ser realizada desta ação em 2011 o quantitativo de 150.000 exemplares e para 2012 o quantitativo de 160.000. A DOF informou no período determinado pela SPO a meta física proposta para 2012.

Ação 8243 - Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	573	1374	8243	A	4	Estudo Disseminado	74	153	100

Especificação:

Promover Eventos, Palestras e Congressos: 03

Promover Cursos de Capacitação Profissional na Área da Deficiência Visual: 51 sendo 1982 profissionais capacitados

Disseminar Estudos na Área da Deficiência Visual: 46

Realizar Pesquisas de Recursos Didáticos para Pessoas Cegas e de Baixa Visão: 5

Orientar Tecnicamente Pessoas em Instituições para Produção de Audiolivros: 48

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	8243	Estudos disseminados	74	153	316.161,00	279.078,66

Obtivemos sucesso no atingimento da meta desta ação devido ao incremento na participação de eventos, promoção de eventos, palestras, cursos, consultorias, publicação de revistas e a realização de pesquisas de recursos didáticos para pessoas cegas e de baixa visão.

A DOF informou no período determinado pela SPO que a meta física proposta para 2012 seria a realização de 100 estudos disseminados.

Programa: 1067 - Gestão de Política da Educação

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1067	4572	P	4	Servidor Capacitado	225	113	140

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	4572	Servidores capacitados	225	113	291.121,00	217.337,10

Apesar de não termos atingido a meta prevista, todos os servidores que solicitaram capacitação foram atendidos.

Visando o cumprimento do programa de capacitação dos servidores, o Instituto Benjamin Constant firmou parceria com a ENAP para a realização de um curso de 152 horas e outro de 100 horas com início previsto no ano de 2012, atendendo a 50 servidores.

Programa: 1073 - Brasil Universitário

Ação 4005 - Apoio a Residência Multiprofissional

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4005	A	4	Residente mantido	18	17	18

Especificação:

Atendimento: Qualificação de Médicos Recém-Formados na Área de Oftalmologia visando a Melhoria no Atendimento Médico à População: 18

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	4005	Médicos residentes	18	17	719.204,00	587.941,41

Obtivemos êxito no cumprimento da ação com a atuação de 17 Médicos Residentes, 03 Médicos do quadro e 12 Médicos Voluntários.

Programa: 0750 - Apoio Administrativo

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa Beneficiada	694	345	326

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	2004	Pessoa beneficiada	694	345	400.000,00	367.145,00

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	365	0750	2010	A	4	Criança Atendida	4	5	8

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	2010	Criança de 0 a 6 anos	04	05	8.845,00	6.363,80

Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	331	0750	2011	A	4	Servidor Beneficiado	119	123	136

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	2011	Servidor beneficiado	119	123	251.194,00	219.847,44

Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS (QUADRO A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	306	0750	2012	A	4	Servidor Beneficiado	207	197	207

Execução Orçamentária da Ação						
Programa	Ação	Unidade	Meta Física Exercício 2011		Execução Financeira Exercício 2011 (R\$)	
			Planejado	Realizado	Planejado	Realizado
1374	2012	Servidor beneficiado	207	197	755.034,00	672.764,00

As ações deste Programa foram atendidas com êxito dentro do quantitativo real.

D. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

I - Programação Orçamentária das Despesas.

II - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (QUADRO A.2.3)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Benjamin Constant	26105	152004

II - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES (QUADRO A.2.4)

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	29.197.082	26.948.411	-	-	20.372.825	14.444.277	
	PLOA	29.197.082	26.948.411	-	-	20.372.825	14.444.277	
	LOA	29.197.082	26.948.411	-	-	20.372.825	14.444.277	
CRÉDITOS	Suplementares	5.274.315	4.978.000			5.000	887.102	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados						200.000	468.994	
Outras Operações						17.570,53	12.453,08	
Total		34.471.397	31.926.411	-	-	20.195.395,53	14.874.838,98	

II - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL (QUADRO A.2.5)

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	2.716.576	2.529.000	-	-	-	-
	PLOA	2.716.576	2.529.000	-	-	-	-
	LOA	2.716.576	2.529.000	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		2.716.576	2.529.000	-	-	-	-

II - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (QUADRO A.2.6)

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	20.372.825	14.447.277	2.716.576	2.529.000	-	-
	PLOA	20.372.825	14.444.277	2.716.576	2.529.000	-	-
	LOA	20.372.825	14.444,277	2.716.576	2.529.000	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	5.000	887.102				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados	468.994	468.994					
Outras Operações		17.570,53	12.453,98				
Total		20.195.395,53	14.874.838,98	2.716.576	2.529.000		-

Análise Crítica dos Quadros

- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que conforme evidenciado que a dotação proposta pela UO é de R\$29.197.082,00, tendo a PLOA e a LOA o mesmo registro, e que comprovadamente não foram suficientes para fazer face as despesas durante o exercício, necessitando porém de um acréscimo de 18,06%, neste exercício de 2011;

- Comparando com o exercício de 2010, houve um acréscimo na ordem de 07,70%, para o exercício de 2011, atentando porém que durante a execução do exercício de 2010, o valor de R\$26.948,411,00, não foram suficientes havendo necessidade de crédito suplementar na ordem de 18,47%;

- Ressaltando, porém que tais variações nos exercícios de 2010 e 2011, ocorreram em virtude do aumento no quadro de pessoal do Instituto, ocorrido o último movimento em 2010, e que no exercício de 2011 o aumento da folha ocorreu pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por

capacitação profissional e etc), instituída pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes, bem como a passagem de ativos para a inatividade, e que neste exercício de 2011, a instituição não foi agraciada com novos concursos o que aumenta ainda mais a defasagem de servidores.

- Em relação as Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$20.372.825,00, para o exercício de 2011, registrados na PLOA/LOA, havendo a necessidade do crédito suplementar em relação ao PLOA/LOA na ordem de 0,02%, visando a complementar uma ação, porém também houve um cancelamento de R\$200.000,00 representando 0,98%, proposto pelo MEC, visando a reestruturação de outros órgãos subordinados, que apesar do corte não afetou tão diretamente na execução das despesas a que a unidade teria que arcar neste exercício de 2011.

- Bem como houve em 2011 a descentralização de crédito através do Termo de Cooperação de n.º01/2011-SNJ/SG/PR, firmado com a Secretaria Nacional de Juventude, no valor de R\$23.996,00, para que fosse empregado na aquisição de material suficiente para a transcrição de livros didáticos em Braille Computadorizado, para atender ao Projovem Urbano, e tendo sido empregado o valor de R\$15.199,00, e tendo sido devolvido o valor de R\$8.797,00, por não haver tido tempo hábil de sua utilização e conforme determina as normas de encerramento do exercício.

- Para as Despesas de Capital, podemos verificar que no exercício de 2011, houve um acréscimo destinado ao PROA/LOA, e solicitação desta Unidade na ordem de 7,41%, a maior do que no exercício de 2010, sendo os valores correspondentes de R\$2.716.576,00 para 2011 e de R\$2.529.000,00, e tendo sido bem empregados nas aquisições de materiais e para a manutenção e reformas dos imóveis, que apesar de terem sido empregados menos orçamento em 2011, 3,37%, a menos do que em 2010, mais também em virtude desta Unidade ter sido mais objetiva em seus processos licitatórios, ocorrendo com isto uma economicidade orçamentária, sem com tudo primar na qualidade dos serviços a serem executados e ou bens adquiridos.

- Tendo sido voltado e cada vez mais para expansão e modernização da Instituição não só de máquinas e equipamentos bem como de materiais e serviços visando a cada vez mais apoiar a deficiência visual em todo o território nacional.

II - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA (QUADRO A.2.7)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	150014	descentralização			2.371,53
	Recebidos	110235	descentralização			15.199,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Análise Crítica

No quadro Movimentação-Orçamentária por Grupo de Despesa – no exercício corrente de 2011, houve as descentralizações no valor de R\$17.570,53, sendo R\$15.199,00, através da Secretaria Nacional de Juventude, sendo os Créditos Orçamentários destinados a aquisições de materiais necessários para atender as despesas com a elaboração para confecção de livros didáticos em

Braille, destinados ao PROJOVEM URBANO, e em relação ao valor de R\$2.371,53, foram através de provisões concedidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC, visando à aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias, conforme o Termo de Cooperação Técnica para cursos de capacitação realizados pela própria Subsecretaria;

II - Execução Orçamentária das Despesas

II - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (QUADRO A.2.8)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite		33.210,24		33.210,24
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	16.379.608,08	9.632.984,22		9.632.984,92
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.655.308,40	920.654,27		920.654,77
Inexigibilidade	551.128,72	349.737,19		349.737,19
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	35.332.760,84	33.381.642,39	35.332.760,84	33.381.642,39
Diárias	50.166,99	80.670,14	50.166,99	80.670,14
Outros	15.199,00	228.836,22	15.199,00	228.836,22

Análise Crítica

- Nas Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo este o mais utilizado para as contratações em 2011;
- Que podemos dizer que houve uma variação de 58,87%, na modalidade Pregão, utilizada no exercício de 2011, sobre o exercício de 2010;
- Quanto à contratação realizada na modalidade de Convite, ainda é reflexo de contratações efetuadas em exercícios anteriores, e que ainda se encontravam em vigor no exercício de 2010, pratica esta que não mais vem sendo utilizada por nossa ordenadora despesa, e tendo sido totalmente abolida neste exercício de 2011.
- E quanto as Contratações Diretas que trata sobre as Dispensas e Inexigibilidades, não há como sofrer alterações para estes tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências ocorrem nas contratações de serviços essenciais a manutenção da unidade, ou seja: luz, gas, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diários Oficiais da União e serviços de Correios, e que comprovadamente não há firmas que tratem destes serviços, pois muitos são concedidos através de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo;
- Onde as próprias variações de valores ocorrem pelo próprio governo através de suas agências controladoras concedem reajustes de preços havendo assim variações de preços entre o exercício de 2010 e 2011;
- Na área de pessoal houve uma pequena variação de 5,84% a mais sobre o exercício de 2010, ocorrendo tal variação pelo próprio aumento vegetativo da folha, não havendo qualquer

movimentação neste exercício de 2011, pois não houve novas contratações bem como em processo natural houve a passagem de servidores da atividade para a inatividade, o que vem prejudicando cada vez mais a instituição pois se torna cada vez menor o número de servidores efetivos.

- Em relação a diárias podemos observar que neste exercício de 2011, houve uma economicidade de 37,81%, sobre os gastos realizados em 2010, tendo sido este, porém em obediência ao parágrafo 1.º, do artigo 2.º, do Decreto de n.º 7.446, de 01 de março de 2011, que estabelece no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas c/ diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, onde esta unidade se programou para que não fossem afetados seus objetivos, onde inclui compromissos da direção bem como capacitação de servidores.

II - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (QUADRO A.2.9)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
31900100	13.775.627,63	12.569.462,00	13.775.627,63	12.569.462,00		45.865,87	13.775.627,63	12.523.596,53
31900300	6.850.259,85	6.548.866,41	6.850.259,85	6.548.866,41		27.509,54	6.850.259,85	6.521.376,87
31900400	373.464,81	383.411,23	373.464,81	383.411,23			373.464,81	383.411,23
31900800	20.038,66	22.198,33	20.038,66	22.198,33			20.038,66	22.198,33
31901100	10.046.433,89	10.043.502,32	10.046.433,89	10.043.502,32			10.046.433,89	10.043.502,32
31901600	12.846,80	18.516,52	12.846,80	18.516,52			12.846,80	18.516,52
31909100	69.590,02	50.493,64	69.590,02	50.493,84			69.590,02	50.493,84
31909200	6.341,31	15.059,53	6.341,31	15.059,53			6.341,31	15.059,53
31901300	2.111.770,07	2.097.567,87	2.111.770,07	2.097.567,87			2.111.770,07	2.097.567,87
33900400	481.919,23	408.203,85	481.919,23	408.203,85			481.919,23	408.203,85
33900800	6.636,80	4.374,35	6.636,80	4.374,35			6.636,80	4.374,35
33904600	672.764,00	695.095,90	672.764,00	695.095,90			672.764,00	695.095,90
33904900	219.847,44	245.930,59	219.847,44	245.930,59			219.847,44	245.930,59
33909300	367.145,00	195.657,74	367.145,00	195.657,74			367.145,00	195.657,74
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes								
33901400	49.371,16	80.670,14	49.371,16	80.670,14	0,00	0,00	49.371,96	80.670,14
33903000	2.020.443,42	1.469.912,49	2.020.443,42	1.231.912,49	803.092,22	238.358,00	1.143.056,17	1.231.554,49
33903300	133.976,40	98.374,00	133.976,40	98.374,00	48.955,61	10.178,87	83.444,29	88.195,13
33903600	218.309,66	131.824,70	218.309,66	114.308,80	16.466,73	17.515,90	201.842,93	201.842,93
33903700	11.308.961,73	8.512.040,85	11.308.961,73	7.450.267,51	2.670.984,35	1.062.151,43	8.637.977,38	8.637.977,38
33903900	2.512.049,16	1.784.244,07	2.512.049,16	1.359.894,25	768.475,73	481.112,96	1.840.374,39	1.840.374,39
33904700	1.254,04	1.182,96	1.254,04	116.927,74	1.952,01	2.936,89	113.009,21	113.009,21
33909200	796.396,05	254.411,37	796.396,05	173.297,97	333.548,04	81.113,40	462.848,01	462.848,01
33909300	20.610,00	225.657,74	20.610,00	202.958,31	14.468,25	22.699,43	20.610,00	20.610,00
33913900	118.706,00	56.763,15	118.706,00	56.763,15	0,00	0,00	118.706,00	118.706,00
33914700	113.707,18	252.629,10	113.707,18	252.629,10	0,00	0,00	113.707,18	113.707,18
33919200	11.294,19	0,00	11.294,19	0,00	0,00	0,00	11.294,19	11.294,19

Análise Crítica

Quanto as Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade:

A.2.9 - Neste quadro podemos verificar que, entre as despesas correntes, certamente aquelas relacionadas à área de pessoal tem maior relevância, pois este grupo sofre alterações em decorrências de medidas políticas e trabalhistas adotadas pelo Governo Federal;

- que ocorreram em virtude do aumento no quadro de pessoal do Instituto, ocorrido o último movimento em 2010, e que no exercício de 2011 o aumento da folha ocorreu pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc.), instituída pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes, bem como a passagem de ativos para a inatividade, e que neste exercício de 2011, a instituição não foi agraciada com novos concursos o que aumenta ainda mais a defasagem de servidores.

- Quanto as Outras Despesas Correntes, apresenta uma variação entre as contas de Material de Consumo e Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, se comparado com o exercício de 2010, apesar de ter havido uma variação a maior no exercício de 2011, onde a necessidade de aquisições de materiais para renovações de estoques, principalmente de materiais para a manutenção predial foram imprescindíveis para que nosso setor de manutenção possa agir de pronto em substituição de peças e em pequenas obras, tendo em vista se tratar de um prédio do tempo do império, requerendo cuidados constantes sem falar dos alunos que aqui estudam e passam o maior tempo.

- Quanto às contratações realizadas através de Locações de mão-de-obra (Outros Serviços de Terceiros Pessoa – Jurídica), esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de servidores aposentados, e a própria extinção de cargos como de porteiros, motoristas, vigilantes e etc, bem como de mão-de-obra qualificada como de pedreiro, carpinteiros, bombeiros e etc, e que sem qual não poderíamos manter a unidade funcionando, por isto aparece com maior variação entre os exercícios de 2010 e 2011.

A.2.10 - No quadro Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ, podemos verificar a variação de 4,40% a menor no exercício de 2011, em comparação com o exercício de 2010, onde esta variação se encontra na aquisição de máquinas e equipamentos a menos que no exercício de 2010, onde, porém foi dada grande ênfase a ampliação e instalações da escola, que tiveram início no exercício de 2004, pois nossas instalações se encontravam em péssimos estados de manutenção, necessitando assim de uma reforma e ampliação adequada de forma que pudéssemos abraçar cada vez mais as devidas acomodações e acessibilidade dos alunos da Instituição, e serviço médico e imprensa Braille, e as próprias instalações.

- Que apesar dos recursos terem sido a menor não houve impedimentos para que não fosse dado a continuidade necessária, visando a abraçar a causa de podermos ampliar e acomodar cada vez mais alunos nesta Instituição.

II - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (QUADRO A.2.11)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	16.771,20	2.113,48	16.771,20	2.113,48
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	0	0	0	0

Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	795,03	3.019,58	0	3.019,58
Outras	0	0	0	0

II - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (QUADRO A.2.12)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	Não Houve							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não Houve							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
33901400	795,03	3.229,10	795,03	3.019,58	---	---	---	---
33903000	15.199,00	7.111,40	15.199,00	6.952,00		159,40	15.199,00	6.952,00
33903300	1.572,20	2.113,48	1.572,20	---	---	---	---	---

II - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO(QUADRO A.2.13)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
44905252	0,00	0,00						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica

Quanto aos quadros A.2.11 a A.2.13.

- Todos os créditos recebidos por esta Unidade através de descentralização de créditos e ou através de provisões concedidas, foram executados dentro do próprio exercício, sendo estes um grande aporte que possibilitou a implantação e desenvolvimento de diversos projetos da Instituição.

- Em toda a execução efetuada esta Unidade se valeu de licitações na modalidade de pregão, tendo em vista que a descentralização concedida pela Secretaria de Nacional da Juventude, que conferia a

aquisição de materiais destinados a confecção de livros didáticos foram adquiridos através da modalidade de pregão, bem como o repasse concedido pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC, para passagens, tendo sido utilizada a nossa já existente para este fim, quanto ao pagamento de diárias estas estão isentas de licitação, não se aplicando qualquer modalidade.

- Apesar dos valores serem pequenos em comparação com o orçamento da unidade, esta conseguiu economicidade em seus objetivos tendo em vista que seria necessário deprender ou alocar tais valores para a sua execução, e que como observado no exercício de 2011, os valores disponibilizados estão na ordem de 70,89% a maior do que no exercício de 2010.

- E tendo sido empregados em sua quase totalidade para que se destinava que era a aquisição de materiais visando a confecção de livros em braille, e para cursos de capacitação, sendo na ordem de edição de livros e dois cursos efetuados.

- Em relação ao quadro A.2.13 no que se refere a despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação, não ocorreram nos exercícios de 2010 e 2011.

- Tais créditos oriundos da Secretaria Nacional da Juventude e da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC foram destinados já previamente com categorias de gastos, não havendo como aplicar quaisquer fórmulas passíveis de demonstração, como no caso da descentralização da SPO/MEC, que foi destinado ao pagamento de passagem e diárias, visando a capacitar servidor em determinada área, seria o mesmo que apenas 01 servidor pela despesa.

- Já o recurso repassado pela Secretaria Nacional da Juventude teria que agregar cada material adquirido e empregado nas confecções dos livros didáticos editados na imprensa Braille, acredito que possa ser feito, desde que haja esta possibilidade prevista, uma vez que difere das fórmulas aplicadas aos nossos recursos, tendo em vista abranger todos os departamentos e setores, mais a fórmula mais correta caso fosse este possível seria já aplicada no setor de Imprensa Braille que é de livros e materiais didáticos editados, e que para isto ocorra também possa a Imprensa catalogar cada material empregado, bem como o tempo e mão-de-obra despendida para sua impressão, uma vez que este material provavelmente se junta com o por nos adquiridos.

- Mais que sem dúvidas contribuem de maneira a cada vez mais projetar nossa Imprensa Braille por todo o território nacional.

III – Indicadores Institucionais

Com vistas ao cumprimento dos Programas do Governo e de Trabalho, e, buscando-se aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade empreendida pela Administração Geral, foram construídos indicadores de Gestão que possibilitam esse controle, considerando a especificidade da Instituição.

Temos buscado melhorar a consistência desses indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar.

São eles: números de alunos matriculados, evadidos, capacitação de servidores, produção de material especializado, estudos disseminados na área da deficiência visual e Atendimentos oftalmológicos e ambulatoriais na prevenção da cegueira.

1. Descrição e tipo de indicador.

2. Fórmula de Cálculo e Método de Medição

3. Responsável pelo Cálculo/Medição

Índice de Gasto Total

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário.

Fórmula: Índice de Gasto Total =
$$\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Recurso Orçamentário}}$$

Responsável : Diretor do DPA

Gastos Correntes por Aluno

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, por R\$

Definições:

Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gastos Correntes por Aluno =
$$\frac{\text{Total de Gastos Correntes em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

Gasto Total por Aluno

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gasto Total por Aluno =
$$\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

Gasto Total por Clientela Atendida

Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas, alunos, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca, pelo Instituto.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula: Gasto Total por Clientela Atendida =
$$\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de Pessoas atendidas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

Gasto em Ações

Gasto por Ação (valor Orçamentário)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações, ocorridos no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

$$\text{Fórmula: Gasto por Ação (valor Orçamentário)} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DPA

Gasto por Ação (valor disponibilizado)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o Recurso Efetivamente Disponibilizado.

Definições:

Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

$$\text{Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado)} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DPA

Índice de Atendimento ao Servidor em diversas Áreas de Capacitação

Objetivo: Quantificar percentualmente a participação de servidores em cursos / eventos / seminários em relação à Meta prevista.

Definições:

Atendimento ao Servidor: Oferecer ao servidor oportunidade de qualificação ou requalificação em diversas áreas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do Número de Capacitação dos Servidores em cursos / eventos /seminários de capacitação pela quantidade prevista.

Fórmula:

$$\text{Índice de Capacitação de Servidores} = \frac{\text{Nº de participações obtidas}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Servidores Capacitados (Geral)

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições:

Servidor Capacitado: Total de Servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do Número de Servidores Capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula:

$$\text{Índice de Servidores Capacitados} = \frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico

Objetivo: Evidenciar a eficácia do tratamento cirúrgico realizado.

Definições:

Realização de cirurgias: Total de cirurgias de catarata e de glaucoma realizados com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias realizadas.

Fórmula:

$$\text{Índice de Atendimento Cirúrgico} = \frac{\text{Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso}}{\text{Nº de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DMR

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial

Objetivo: Evidenciar percentualmente o Atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos e à comunidade em relação ao número de consultas previstas.

Definições:

Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: Total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas Previstas: Meta estabelecida, para o período, para Atendimento aos alunos e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela Meta estabelecida.

Fórmula:

$$\text{Índice de Atendimento Oftalmológico} = \frac{\text{Nº de Consultas realizadas}}{\text{Nº de consultas previstas}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DMR

Índice de Distribuição de Material

Objetivo: Verificar o grau de realização da Ação.

Definições:

Exemplares Distribuídos: Total de exemplares de material especializado, livros e textos, no sistema Braille, distribuídos.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do Número de Exemplares Distribuídos pela Quantidade Prevista.

Fórmula:

$$\text{Índice de Distribuição de Material} = \frac{\text{Nº de Exemplares Distribuídos}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Estudos Produzidos

Objetivo: Verificar o grau de realização da Ação.

Definições:

Estudos Produzidos: Total de Estudos ou Pesquisas produzidos e disseminados do conhecimento na área de deficiência visual.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de Estudos Produzidos pela Meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Estudos Produzidos = $\frac{\text{Nº de Estudos Produzidos}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

Índice de Matrículas

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições:

Matrícula: Total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela Meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Matrícula = $\frac{\text{Nº de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

Índice de Evasão

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Definições:

Alunos Evadidos: Total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: Índice de Evasão = $\frac{\text{Nº de alunos evadidos}}{\text{Nº de alunos matriculados}} \times 100$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

Índice de Aprovação

Objetivo: Verificar o rendimento dos alunos.

Definições:

Alunos Aprovados: Total de alunos, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que apresentaram condições para prosseguimento de estudos na série seguinte.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: Índice de Aprovação = $\frac{\text{Nº de alunos aprovados}}{\text{Nº de alunos matriculados}} \times 100$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

Cálculo dos Indicadores

Base de Cálculo: dados do ano de 2011

Índice de Gasto Total = 95,5%

Gasto Total: R\$ 54.784.377,47

Recurso Orçamentário: R\$ 57.365.798,00

Gastos Correntes por Aluno = / aluno/ano – R\$ 26.715,63

Gastos Correntes: R\$ 20.170.306,40

Nº de Matrículas: 755

Gasto Total por Aluno = R\$ / aluno/ano – R\$ 38.275,24

Gasto Total: R\$ 28.897.808,83

Nº de Matrículas: 755

Gasto Total por Clientela Atendida = R\$ /clientela/ano – R\$ 815,49

Gasto Total: R\$ 28.897.808,83

Clientela Atendida: 755 alunos, 26.510 clientes da Oftalmologia, 7.117 usuários da biblioteca e 1.054 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes – 35.436

Gasto com Ações

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

12367137463180033 – Funcionamento do Instituto Benjamin Constant

Indicador: Índice de Gasto com Ações: Gasto/Previsto: 95,99 %

Gasto Total: R\$ 26.876.957,51

Total de recursos Orçamentários: R\$ 27.999.199,00

12367137461350033 – Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille

Indicador: Índice de gastos com a distribuição de material especializado:
Gasto / Previsto: 87,17%

Gasto Total: R\$ 2.803.068,01
Recurso Orçamentário: R\$ 3.215.455,00

12573137484330001 – Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual

Indicador: Índice de gastos com produção e disseminação do conhecimento:
Gasto / Previsto: 88,27%

Gasto Total: R\$ 279.078,66
Recurso Orçamentário: R\$ 316.161,00

Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

128106745720033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicador: Índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: 74,65%
Gasto Total: R\$ 217.337,10
Recurso Orçamentário: R\$ 291.121,00

Programa 1073 – Brasil Universitário

12364107340050033 – Apoio a Residência Multiprofissional

Indicador: Índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica:
Gasto / Previsto: 81,74%
Gasto Total: R\$ 587.941,41
Recurso Orçamentário: R\$ 719.204,00

Índice de Atendimentos Realizados a Servidores em diversas Áreas de Capacitação= 50,2%

Nº de Atendimentos: 113
Quantidade prevista: 225

Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 42%

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento/ seminário: 63
Total de servidores do Instituto: 148

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 80%

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso = 101 + 740 = 841
Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas = 131 + 914 = 1.045

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 104%

Nº de consultas realizadas: 26.510

Nº de consultas previstas: 25.400

Índice de Distribuição de Material = 802%

Nº de exemplares distribuídos: 179.743

Quantidade prevista: 22.400

Índice de Estudos Produzidos = 206%

Nº de estudos produzidos: 153

Quantidade prevista: 74

Índice de Matrículas = 86%

Nº de alunos matriculados: 877

Quantidade prevista: 755

Índice de Evasão = 6,5%

Nº de alunos evadidos: 22

Nº de alunos matriculados: 336

Índice de Aprovação = 58,36%

Nº de alunos aprovados: 150

Nº de alunos matriculados: 257

QUADRO COMPARATIVO DE RESULTADOS DE AÇÃO/PPA NOS ANOS DE 2010 e 2011.

Programa	Ação	Indicadores Associados	2010	2011
1374 Desenvolvimento da Educação Especial	6318 Funcionamento do Instituto Benjamin Constant	Gasto com Ação	83,22%	95,99%
		Índice de Matrículas	112%	86%
		Índice de Evasão	4,1%	6,5%
		Índice de Aprovação	61%	58,36%
	6135 Distribuição de material especializado de Livros e Textos no Sistema Braille	Gasto com Ação	100%	87,17%
		Índice de distribuição de material	98%	802%
	8243 Produção e Disseminação do Conhecimento nas Áreas da Surdez e da Deficiência Visual	Gasto com Ação	20,4%	88,27%
Índice de estudos produzidos		198%	206%	
1067 Gestão de Política da Educação	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Gasto com Ação	81,86%	74,65%
		Índice de Atendimento ao servidor em diversas áreas de capacitação	204%	50,2%
		Índice de capacitação de servidores	86%	42%
1073 Brasil Universitário	4005 Apoio à Residência Multifuncional	Gasto com Ação	97%	81,74%
		Índice de Atendimento oftalmológico ambulatorial	108%	104%
		Índice de Atendimento Cirúrgico	81%	80%

ANÁLISE DO DESEMPENHO

Um fator que ao longo desses últimos anos vem dificultando a ampliação de todas as nossas ações institucionais é a falta de recursos humanos.

Nossos servidores e funcionários têm envidado esforços para melhorar os serviços oferecidos pelo Instituto Benjamin Constant seja na educação e reabilitação de nossos alunos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o Atendimento aos alunos deficientes visuais de todo Brasil, seja na produção, disseminação e distribuição de material técnico-pedagógico especializado como na prevenção a cegueira.

Diante do exposto, faz-se necessário o apoio governamental a nossa Instituição que é Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual para que a cada dia ofereçamos um serviço de qualidade, eficiente, em prol da clientela atendida.

Continuaremos a investir na capacitação de nossos servidores incentivando-os a participar de cursos e eventos, visando uma melhor qualificação de suas atividades profissionais e pessoais.

Continuaremos ainda buscando junto ao Ministério da Educação em 2012 o crescimento da Instituição: Ampliação das Competências Regimentais, propiciando a criação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* – presencial e a distância e *Strictu Sensu*, Mestrado

Profissional, presencial; Transformação da Escola em Colégio de Aplicação que servirá como campo de pesquisas pedagógicas, de criação e aplicação de Metodologias e de testes de material didático especializado em todos níveis de ensino, atendendo aos novos rumos educacionais do Instituto Benjamin Constant.

3 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

III - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (QUADRO A.3.1)

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Não Houve					

Análise Crítica

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

- Esta Unidade não contempla tal situação, uma vez que não realizada despesas a descoberto.
- No quadro A.3.1, esta unidade não deixou de cumprir com as suas obrigações seja ela com as despesas empenhadas, pois não realiza despesas sem o prévio empenho.

4 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

IV - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (QUADRO A.4.1)

Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelados acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	73.375,41		73.375,41	0,00
2010	20.110,92	14.837,66	5.273,26	0,00
2009	388.373,74	111.227,33	257.035,49	20.110,92
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelados acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	17.448.583,35	7.004.387,49	3.492.135,41	6.952.060,45
2010	12.323.343,19	11.523,87	5.252.103,36	7.059.715,96
2009	12.340.492,33	844.116,47	2.796.168,31	8.700.207,55
Observações:				

Análise Crítica

No quadro A.4-1 – executou os restos a pagar de acordo com os Decretos:

- 6.331 – 28/12/2007;
- 6.708 – 23/12/2008;
- 7.057 – 29/12/2009;
- 7.418 – 31/12/2010;
- 7.654 – 23/12/2011.

- A evolução de Restos a Pagar adotadas por esta Instituição em exercícios anteriores, era de colocar crédito empenhado em pessoal a pagar tendo em vista a dar cobertura a pagamento através de exercícios anteriores, e que posteriormente se tornou inviável tendo vista deliberação da Secretaria de Orçamento Federal que determinou as Subsecretarias de Planejamentos e Orçamentos – SPOs, que tais dívidas fossem inscritas e lançadas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, ficando a cargo de aquele órgão proceder e levantar o montante passível de pagamento, e não mais a cada unidade gestora e ou órgão.
- bem como passou a observar o disposto no inciso I, do artigo 35, da Lei n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, deixando somente em restos a pagar empenhos com prazos vigentes para o cumprimento da obrigação assumida pelo credor.
- não gerando qualquer impactado, tendo também em vista serem na maioria de serviços de engenharia, e de terceirizações, e terem a sua vigência maior.
- o que leva a efeitos negativos são os próprios processos licitatórios principalmente o decorrente de obras de engenharia que requerem maiores detalhe e por este motivo praticamente é fechado já próximo do encerramento do exercício.
- bem como poderá ser observado esta unidade tem procurado a reduzir inscrições em restos a pagar.

5 – INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

a) Composição do quadro de servidores ativos;

Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

V - DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (QUADRO A.5.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos	173	157	4	2
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	173	157	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	166	148	0	2
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	1	3	1	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	5	5	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários	15	11	4	7
3. Total de Servidores	188	168	8	9

V - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 (QUADRO A.5.2.)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	7
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	7

2.3.	Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4.	Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3.	Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1.	De ofício, no interesse da Administração	0
3.2.	A pedido, a critério da Administração	0
3.3.	A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4.	Licença remunerada (4.1+4.2)	7
4.1.	Doença em pessoa da família	1
4.2.	Capacitação	6
5.	Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1.	Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2.	Serviço militar	0
5.3.	Atividade política	0
5.4.	Interesses particulares	0
5.5.	Mandato classista	0
6.	Outras situações (Especificar o ato normativo)	2
7.	Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	17

V - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 (QUADRO A.5.3)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	9	9	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8	8	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções gratificadas	38	38	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	33	33	0	2
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	4	4	2	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	47	47	0	0

V - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (QUADRO A.5.4)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	8	14	27	34	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	12	24	33	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários	4	2	3	1	1
2. Provimento de cargo em comissão	3	4	9	19	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	1	3	5
2.3. Funções gratificadas	3	3	8	16	4
3. Totais (1+2)	11	18	36	53	39

V - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (QUADRO A.5.4)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	1	14	36	68	3	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	1	14	25	68	3	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	11	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	9	15	17	3	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	3	5	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	9	12	12	2	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	23	41	85	6	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

V - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO (QUADRO A.5.6)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	227	12
1.1. Voluntária	227	12
1.2. Compulsória	0	0
1.3. Invalidez Permanente	0	0
1.4. Outras	0	0
2. Proporcional	16	1
2.1. Voluntária	13	0
2.2. Compulsória	2	0
2.3. Invalidez Permanente	1	1
2.4. Outras	0	0
3. Totais (1+2)	243	13

V - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (QUADRO A.5.7)

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	180	7
1.2. Proporcional	12	0
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	192	7

c) **Composição do quadro de estagiários**

V - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS (QUADRO A.5.8)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	15	18	19	21	132.398,93
1.1 Área Fim	14	15	15	18	111.387,61
1.2 Área Meio	1	3	4	3	21.011,32
2. Nível Médio	6	9	7	7	33.585,63
2.1 Área Fim	5	5	5	5	21.493,64
2.2 Área Meio	1	4	2	2	12.091,99
3. Total (1+2)	21	27	26	28	165.984,56

V - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA (QUADRO A.5.9)

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Assistente de Alunos	23	23	23	-	-
Assistente em Administração	23	23	23	01	02
Transcritor	13	13	13	-	-
Revisor	11	11	11	-	-
Impressor	06	06	06	-	-
Encadernador	17	17	17	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Do período compreendido entre 2003 e 2010, gestões que antecederam a atual, a Direção do Instituto Benjamin Constant solicitou ao Ministério da Educação autorização de abertura de concurso público para preenchimento de vagas e criação de cargos, ora ocupados por funcionários terceirizados.</p> <p>Durante esses anos, foram autorizados alguns concursos tanto para professores quanto para servidores técnico-administrativos. Entretanto o número de vagas disponibilizadas jamais atendeu as necessidades que se faziam cada vez maiores. Acrescente-se ainda, que as vagas autorizadas para os servidores técnico-administrativos ficaram bem abaixo daquelas abertas para os docentes, além de não suprirem, de forma alguma as demandas exigidas pela parte administrativa deste Instituto e nem para cobrir a substituição dos terceirizados.</p> <p>Aposentadorias, falecimentos, vacância motivada por servidores que se submeteram a outros concursos públicos com remuneração mais vantajosa, provocaram o esvaziamento do quadro e, por conseguinte a queda de sua qualidade.</p> <p>Os vários compromissos assumidos por esta Instituição faziam com que fosse pleiteada a formação de um novo quadro de servidores efetivos já que a especificidade do trabalho executado exige pessoal mais qualificado cuja permanência traz a possibilidade de planejamentos e programas institucionais terem maior consistência, conferindo a Instituição ações mais decisivas. A oscilação do quadro funcional sempre foi motivo de preocupação. Assim, insiste-se na solicitação.</p> <p>No ano de 2011, a Portaria nº 69 de 28 de janeiro do Ministro de Estado da Educação remanejou os códigos de vagas desocupados do IBC e a Portaria nº 39 de 25 de março da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão suspendeu, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos.</p> <p>Foi encaminhado para a SETEC/MEC um documento solicitando, ainda uma vez, a abertura de concurso público para docentes e técnico-administrativos a fim de que o plano de expansão institucional pudesse lograr êxito. Como resposta a esse pleito, fomos informados pela SETEC/MEC que o IBC faria parte, juntamente com outras Instituições, do Projeto de Lei nº 2134 que contemplaria essas mesmas Instituições com provimento de vagas para professores e servidores técnico-administrativos. Estamos aguardando a autorização para a abertura desse Concurso Público.</p> <p>Ainda em relação à terceirização, enviamos em 12 de setembro de 2011 à SAA/MEC, em resposta ao Ofício- Circular nº 019/2011/SAA/SE-MEC, as informações referentes à terceirização de serviços de secretariado.</p> <p>Em 24 de outubro de 2011, atendendo ao Ofício- Circular nº 133/2011/SE/CGU-PR, enviamos através do Sistema de Transferência de Informações da CGU, o quadro com todos os dados referentes aos terceirizados.</p>					

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;

V - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (QUADRO A.5.12)

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001						CNPJ: 00.394.445/0272-12							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	10/2008	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	14/03/2008	13/03/2012	40	40	**	**	**	**	P
2009	V	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2009	27/12/2012	**	**	20	20	**	**	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

V - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (QUADRO A.5.13)

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001						CNPJ: 00.394.445/0272-12							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	14	O	12/2005	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	22/12/2005	21/12/2011	24	24	27	27	**	**	E
2006	13	O	01/2006	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	09/03/2006	08/03/2012	05	05	21	21	06	06	P

2006	6	O	14/2006	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	23/05/2006	22/05/2012	21	21	**	**	**	**	P
2008	1	O	10/2008	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	14/03/2008	13/03/2013	40	40	**	**	**	**	P
2009	14	O	17/2009	MAXIMA LOCACAO DE MAO-DE-OBRA E SERVICOS LTDA (08.144.738/0001-34)	07/10/2009	06/10/2014	02	02	03	03	15	15	P
2009	5	O	19/2009	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2009	20/10/2014	**	**	12	12	**	**	P
2009	3	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2009	27/12/2014	**	**	20	20	**	**	P
2010	11	E	52/2010	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	23/12/2010	21/06/2011	16	16	01	01	**	**	E
2011	11	O	22/2011	CIBAM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (03.539.770/0001-03)	27/06/2011	26/06/2012	24	24	02	02	**	**	A
2011	14	E	52/2011	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	22/12/2011	19/06/2012	24	24	27	27	**	**	A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos;

Devido à carência de recursos humanos disponíveis iremos aguardar a implantação do Núcleo SIASS no Rio de Janeiro – Pólo UNIRIO que consolidará os indicadores. Posteriormente os itens que não forem contemplados serão trabalhados internamente.

Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição multifacetada: além da escola temos um grande parque gráfico, que atende a todo território nacional; um setor de capacitação, que promove cursos na Instituição para docentes e técnicos da Instituição, bem como para Professores de todo País na área da deficiência visual; um Serviço Médico, que atua na área da prevenção da cegueira, inclusive tendo a responsabilidade de supervisionar uma Residência Médica em Oftalmologia, serviço esse reconhecido como referência na área.

Somos classificados como Centro de Referência Nacional na área da deficiência visual. Por força de aposentadorias, mortes, vacâncias, etc, nosso corpo técnico-administrativo e docente vêm sofrendo, através dos anos, consideráveis baixas; alguns de nossos serviços sofrem estrangulamento por falta de pessoal. Outros atendimentos tiveram sua demanda extraordinariamente aumentada; houve, sem dúvida, uma expansão de nossas atividades.

O número de servidores lotados na Instituição é extremamente pequeno. Trabalha-se com terceirização, contratos temporários, estagiários e voluntários, fato que nos traz grande desestabilização, pois há sempre o temor da descontinuidade nos atendimentos oferecidos.

O Instituto Benjamin Constant, hoje, funciona com um quantitativo de funcionários terceirizados superior ao número de servidores concursados.

Apesar do quadro reduzido, o IBC vem cumprindo sua missão e atingindo as metas propostas. Isso está sendo possível, pois contamos com a força de trabalho terceirizado.

Para podermos ampliar nossas metas e atender, com a excelência que sempre nos caracterizou, todas as demandas que vêm surgindo em virtude da Política de Inclusão do Ministério de Educação, necessitamos da ampliação do nosso quadro de servidores.

O Instituto Benjamin Constant criou seu plano de capacitação de recursos humanos, conjugando os interesses institucionais e pessoais, a partir do resultado obtido com a tabulação dos questionários realizados com dirigentes e servidores. A implementação do mesmo vem acontecendo paulatinamente, de acordo com as disponibilidades orçamentárias específicas para o referido programa.

O Instituto Benjamin Constant não tem autonomia para estabelecer um cronograma próprio para substituir a mão de obra terceirizada por servidores do quadro permanente. Até o momento fomos contemplados com poucas autorizações para preenchimento de cargos vagos de nível superior e médio. Esse quantitativo, ainda é insuficiente para a referida substituição. Temos envidado esforços, junto ao Ministério da Educação, no sentido de preenchimento e criação de novos cargos, através de concurso público, para ampliação e melhoria no desempenho de nossas ações institucionais.

6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES.

VI - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (QUADRO A.6.1)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO									
CNPJ: 00.394.445/0002-84					UG/GESTÃO: 150014/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	S/n.º	152004	833,60		833,60	0,00	11/02	31/12	4
4	S/n.º	152004	1.537,93		1.537,93	0,00	08/11	31/12	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Juventude									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 110235/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	01/2011-SNJ/SG/PR	152004	15.199,00		15.199,00	0,00	11/abr	31/dez	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Análise Crítica

Resumo de Instrumentos de Transferências

- Este Instituto busca parcerias com outros órgãos ao qual possa desenvolver projetos que cada vez mais possa projetar a instituição, tendo em vista se tratar de um centro de referência e excelência na deficiência visual, e que apesar dos recursos recebidos não representarem um grande valor são de suma importância, pois nossos recursos são contados para que possamos efetuar todos os programas e projetos.

- E que esta Unidade tem executado todos os recursos recebidos dentro do próprio exercício não existindo por tanto qualquer prestação de contas de recursos pendentes e não aprovados.
- Bem como todos os valores pactuados não são exigidos contrapartida.

VI - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (QUADRO A.6.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Subsecretaria de Planejamento de Orçamento					
CNPJ:	00.394.445/0002-84					
UG/GESTÃO:	150014/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	2		2.317,07	5.342,58	
Termo de Compromisso						
Totais						

VI - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (QUADRO A.6.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE					
CNPJ:	00.378.257/0001-81					
UG/GESTÃO:	153173/15253					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	0	3	4	0,00	19.140,00	4.175.218,15
Termo de Compromisso						
Totais	0	3	4	0	19.140,00	4.175.218,15

VI - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (QUADRO A.6.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria Nacional de Juventude					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	110235/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	0	0	15.199,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso						
Totais	0	0	0	15.199,00	0,00	0,00

Análise Crítica

Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios:

- Como demonstrado no exercício de 2009, tivemos uma grande parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com aquisição de ônibus escolar e com a aquisição de maquinários para a Imprensa Braille, por conta do Programa Nacional do Livro Didático, e nos exercícios seguintes apesar dos valores menores, não menos significativos e forma também bem empregados para elaboração de materiais didáticos.
- Com a exceção do firmado com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, este foi visando a capacitar servidores nas áreas de orçamento/finanças, que também muito valioso.
- Mais conforme consta de lançamentos contábeis esta Instituição prestou contas, de todo os instrumentos celebrados, conforme demonstrado, não existindo quaisquer pendências.
- Bem como este Instituto se esmera para a apresentação de contas, bem como não existe a situação de recursos a vigir no exercício seguinte, todos foram executados e prestados contas dentro do próprio exercício.

VI - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (QUADRO A.6.5)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE					
CNPJ:00.378.257./0001-81			UG/GESTÃO: 1913173/15293		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		****
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)		****	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		****
			Quantidade Reprovada		****
			Quantidade de TCE		****
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		****
		Montante repassado (R\$)		****	
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		****	****
		Quantidade Reprovada		****	****
		Quantidade de TCE		****	****
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		****	****
Montante repassado (R\$)		****	****		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	****
		Quantidade Reprovada		****	****
		Quantidade de TCE		****	****
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		****	****
		Montante repassado		****	****
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			****
		Montante repassado			****

Análise Crítica

Visão Geral análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

- Este Instituto não firmou qualquer convênio e ou contrato de repasse, mais termos de cooperação e que foram todos prestados contas no próprio exercício e ou devolvidos parcialmente no caso de não utilizados em sua totalidade conforme determina as normas de encerramento do exercícios.
- Bem como esta Unidade se encontra adimplente a todos os outros em exercícios passados, cumprido todas as prestações de contas.

7 – DECLARAÇÃO

QUADRO A.7.1. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



DECLARAÇÃO

Eu, AUGUSTO ERNESTO DE MATTOS BAGANHA inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º 374.265.407-15, ocupante do Cargo de Coordenador da Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, exercido no Instituto Benjamin Constant declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei n.º 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2012.

Augusto Ernesto de Mattos Baganha
CPF. n.º 374.265.407-15

Coordenador da Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
do
Instituto Benjamin Constant

8 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730 , DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

VIII - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR (QUADRO A.8.1)

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15	11	28
	Entregaram a DBR	15	11	28
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Análise Crítica

No exercício 2011 não houve descumprimento da obrigação de entrega da DBR ou autorização de acesso as informações constantes da base de dados da Secretaria da Receita Federal, quando as pessoas passam do prazo para entrega que é de quinze dias após da data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal (Decreto 5483/2005), a Divisão de Pessoal (DP) deste Instituto emite memorando ao servidor cobrando a DBR ou autorização de acesso;

- O gerenciamento da recepção das DBR e autorização de acesso é realizada pela DP;
- Para o gerenciamento da recepção das DBR e autorização de acesso esta DP utiliza planilha (impressa e eletrônica) de controle que assim, permite o acompanhamento das DBR ou autorizações faltantes;
- Os servidores entregam a DBR ou autorização de acesso em papel;
- Esta DP não faz nenhum tipo de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
- A forma de guarda das DBR, autorizações de acesso e planilha impressa de controle é através de pasta guardada em local reservado.

9 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

IX - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ (QUADRO A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações Gerais: Entendemos que a UJ vem cumprindo seus objetivos em boa parte. O Instituto Benjamin Constant pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos. Temos consciência da necessidade de criarmos mecanismos de controles que darão uma visibilidade maior dos nossos gargalos e condições de vislumbrarmos soluções para melhoria do nosso desempenho, a fim de cumprirmos os objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC. Para tanto contratamos a ENAP para ministrar dois cursos de Gestão, já agendado para início em 05 de março de 2012.					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

X - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (QUADRO A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
<i>Considerações Gerais: Para atender o Decreto 5940/2006, o Instituto Benjamin Constant tomou como primeira medida, a contratação da Empresa SIMPLESAUDE, que tem entre suas competências a sustentabilidade ambiental. A partir dessa contratação, várias ações foram implementadas, a saber:</i> <i>instituição da Comissão do Programa Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde PGRSS, composta por funcionários do Instituto, representantes das Associações de vários segmentos e coordenada pela SIMPLESAUDE com as seguintes ações:</i> <i>organização dos abrigos externos de armazenamento para diferentes tipos de resíduos;</i> <i>organização de box especial para “resíduo químico”</i> <i>adequação de serviço de higiene e limpeza, desde treinamento de pessoal, a aquisição de material adequado (luvas, máscaras, sacos diferenciados para coleta)</i> <i>modernização de área para armazenamento de resíduos infectantes</i> <i>criação de central de diluição de saneantes;</i> <i>implantação de rondas rotineiras em toda a Instituição;</i> <i>treinamento com todo o pessoal do Serviço Médico sobre o descarte de material perfurocortantes.</i> <i>2) instituição de um grupo de trabalho para desenvolver a “ coleta seletiva de lixo”, composta por funcionários representando todos os segmentos da Instituição, foram tomadas as providências:</i> <i>“desenvolvimento da” Educação Ambiental” junto aos alunos do IBC;</i> <i>levantamento de todos os setores sobre os tipos de resíduos que são gerados, para que sejam providenciados os locais necessários para o armazenamento até a retirada;</i> <i>foram realizadas reuniões por segmentos da Instituição para e sensibilização e a necessidade de implantação da coleta seletiva;</i> <i>instalou-se por todo o IBC conjunto de lixeiras comuns para papéis, vidros, plásticos e para orgânico e lixeiras especiais para pilhas, cartuchos, lâmpadas etc;</i> <i>não conseguimos viabilizar acordo com as Cooperativas para a execução da coleta seletiva de papéis, plástico, metal, vidro e madeira, pois, as mesmas não retiram resíduos na zona sul, por falta de transporte e documentação;</i> <i>continuamos na busca do tipo de papel reciclado mais adequado para ser disponibilizado aos nossos alunos e reabilitandos, já que a coloração e a porosidade dificultam a leitura dos alunos de baixa visão;</i>					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 – GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

XI - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO (QUADRO A.11.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1:	02	02
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

XI - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ (QUADRO A.11.3)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	29/12/2005	9.306.402,00	111.696,90	2.107.375,45
152004	6001.03761.500-0	21	3	694.167,00	29/12/2005	694.167,00	-	-
Total							111.696,90	2.107.375,45

Análise Crítica

Os imóveis foram registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET, e nos exercícios de 2007 a 2011 não foram feitas avaliações, e que a partir do próximo exercício 2012, estaremos medindo esforços junto ao Serviço de Patrimônio da União para regularizarmos tal situação.

As despesas apresentadas com a manutenção se referem aos dois imóveis, por estarem no mesmo terreno. Os imóveis são do tempo do Império e por isso requerem cuidados constantes, principalmente por ser uma instituição voltada para atividade escolar. A Administração se empenha em adaptar seus espaços para atender as normas de acessibilidade, regulamentadas por lei.

Todos os projetos de reforma do Instituto Benjamin Constant são analisados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Artístico Cultural – INEPAC, que tombou o conjunto arquitetônico do IBC por volumetria.

12 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

XII - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (QUADRO A.12.1)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidor – 1 Terceirizados – 12				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> Buscamos em 2011 junto a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a disponibilização de um profissional em Tecnologia da Informação – TI para que nos orientasse sobre o assunto e pudéssemos dar início aos trabalhos nesta área. Após a tramitação do nosso pedido, a Central de Serviços e Suporte do SISP informou que no momento não teria como disponibilizar servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação – ATI, em virtude de todos os ATIs estarem alocados em outros órgãos do SISP. Informou ainda, que poderíamos solicitar à SLTI consultoria em projetos específicos a fim de solucionar demandas pontuais, fato que não resolveria nosso problema. Através da Secretaria Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, fomos incluídos no Plano Anual de Capacitação dos Servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação da Rede Federal de EPCT. Os cursos terão início em 2012.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

15 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

XV - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	005.109/2011-6			Oitiva / Cautelar	Ofício 573/2011 TCU/SECEX-RJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Suspensão do Pregão Eletrônico nº 01/2011 – IBC e manifestar-se acerca dos indícios de irregularidades.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Direção Geral					
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Ofício nº 131/2011-MEC/IBC/GAB de 28 de março de 2011					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

XV - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	005.109/2011-6	Acórdão nº 1148/2011-Plenário	9.3	Determinação	Ofício 999/2010 TCU/SECEX- RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Anulação do Pregão Eletrônico nº 01/2011					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Direção Geral					
Síntese da providência adotada:					
Cópia da publicação do DOU Nº 89 – Seção 3 – Pág. 34 de 11 de maio de 2011 encaminhado através do Ofício nº 262/2011-MEC/IBC/GAB					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Análise Crítica

O Instituto Benjamin Constant prestou as informações solicitadas e cumpriu a determinação expedida pelo TCU.

XV - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.2)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Instituto Benjamin Constant não tem deliberação do TCU pendente de atendimento no exercício					

XV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201108903/003		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 – Implementar / aprimorar rotinas de acompanhamento dos contratos vigentes, incluindo prazos e valores, que permitam aos gestores manterem a atualização permanente e precisa do SIASG e dos instrumentos de controles internos			
Recomendação 002 – Atender ao disposto no Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93, relativo à publicação de contratos.			
Providências Adotadas – não houve			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da providência adotada:			

Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Instituto Benjamin Constant está tentando resolver o problema junto ao SIASG			

XV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201108903/004		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Descrição da Recomendação:			
Que a unidade realize a reavaliação dos imóveis sob sua responsabilidade, e que adote rotina para verificação da validade dessas datas a cada dois anos a fim de manter seus registros atualizados, quanto ao preço dos imóveis e à data de validade da reavaliação.			
Providências Adotadas – não houve			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da providência adotada:			

Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os imóveis foram registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET, e nos exercícios de 2007 a 2011 não foram feitas avaliações, e que a partir do próximo exercício 2012, estaremos medindo esforços junto ao Serviço de Patrimônio da União para regularizarmos tal situação. As despesas apresentadas com a manutenção se referem aos dois imóveis, por estarem no mesmo terreno. Os imóveis são do tempo do Império e por isso requerem cuidados constantes, principalmente por ser uma instituição voltada para atividade escolar. A Administração se empenha em adaptar seus espaços para atender as normas de acessibilidade, regulamentadas por lei. Todos os projetos de reforma do Instituto Benjamin Constant são analisados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Artístico Cultural – INEPAC, que tombou o conjunto arquitetônico do IBC por volumetria.			

XV - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.4)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201108903/003		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 – Implementar / aprimorar rotinas de acompanhamento dos contratos vigentes, incluindo prazos e valores, que permitam aos gestores manterem a atualização permanente e precisa do SIASG e dos instrumentos de controles internos			
Recomendação 002 – Atender ao disposto no Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93, relativo à publicação de contratos.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
O servidor responsável a época não providenciou o registro no SIASG e nem comunicou ao seu superior, por isso quando a auditoria sinalizou tentou-se regularizar, mas o sistema não aceita. A Direção do DPA a partir deste episódio está atenta para que não volte a ocorrer.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Melhor capacitação do servidor recém concursado	

XV - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.4)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT			00251
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201108903/004		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Que a unidade realize a reavaliação dos imóveis sob sua responsabilidade, e que adote rotina para verificação da validade dessas datas a cada dois anos a fim de manter seus registros atualizados, quanto ao preço dos imóveis e à data de validade da reavaliação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O setor responsável ainda não conseguiu marcar com o setor do SPIUNET a renovação da sua senha.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os imóveis foram registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET, e nos exercícios de 2007 a 2011 não foram feitas avaliações, e que a partir do próximo exercício 2012, estaremos medindo esforços junto ao Serviço de Patrimônio da União para regularizarmos tal situação. As despesas apresentadas com a manutenção se referem aos dois imóveis, por estarem no mesmo terreno. Os imóveis são do tempo do Império e por isso requerem cuidados constantes, principalmente por ser uma instituição voltada para atividade escolar. A Administração se empenha em adaptar seus espaços para atender as normas de acessibilidade, regulamentadas por lei. Todos os projetos de reforma do Instituto Benjamin Constant são analisados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Artístico Cultural – INEPAC, que tombou o conjunto arquitetônico do IBC por volumetria.			

17 - Outras informações relevantes da Gestão.

Buscamos a adequação permanente das ações desenvolvidas pela Instituição para que os alunos com deficiência visual tenham condições de acesso e permanência nas escolas como no mercado de trabalho, objetivando o exercício pleno da cidadania. Essa Direção continuará trabalhando para a obtenção de mais recursos financeiros e humanos visando o cumprimento efetivo de nossa missão nascida em 1854, missão esta comprovada pelo volume e importância crescente das ações desenvolvidas pela Instituição.

Agora, em 2012 a esperança desta Direção reside na autorização para abertura de Concurso Público contida no PL 2134/2011 que tramita na Câmara dos Deputados.

Outro ponto que mobiliza toda a Instituição é aprovação pelo MEC do novo Regimento Interno deste Instituto para que se possa ampliar as competências que o regerão, possibilitando a implantação de Cursos de Pósgraduação *Lato Sensu*, presencial e a distância, bem como Pósgraduação *Strictu Sensu* Mestrado Profissional e sua escola transformada em Colégio de Aplicação.

O sucesso de nossa atuação junto à pessoa cega ou com baixa visão depende do engajamento de todos e da visão clara de que a Educação é a via mais segura para a ascensão do homem e essa ascensão só pode ocorrer com uma educação de qualidade, uma educação que trabalhe as especificidades do educando seja ele criança, jovem ou adulto.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n. ° 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Instituto Benjamin Constant - IBC** que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 14 de Março de 2012.

Assinatura manuscrita em azul da contadora responsável.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada